

SALVADOR, Ângelo Domingos. Evolução histórica da educação brasileira. Trabalho apresentado no curso de Pós-Graduação em Pedagogia. Rio de Janeiro, 1966. 40 f. mimeogr.

Descritores

~~Brasil~~

\* Brasil \*

/ História da educação /  
/ Pós graduação /  
/ Curso /

/ Ciências da edu-  
cação /

242 p.

Instâncias da educação, Trad. de Hermoge-  
nes Harada. Petrópolis, Vozes, 1971.

Pedagogia e filosofia da  
existência; um ensaio sobre formas

BOLLNOW, Otto F.

370.2

SALVADOR, Ângelo Domingos. Evo-  
lução histórica da educação  
brasileira. Trabalho apresentado  
no curso de Pós-graduação em  
Pedagogia. Rio de Janeiro, 1966.  
|| 40 f. mimeogr.

adw/

DBE v. 19 n. 1  
item 4  
37. (09)(81)

# Serviço de Bibliografia

## || História da Educação |

P.  
11

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO

BRASILEIRA

(Trabalho apresentado na cadeira de Estrutura da Educação Brasileira, do curso de Pós-Graduação em Pedagogia em 1966, por Ângelo Domingos Salvador).



## INTRODUÇÃO

O exame da história da educação no Brasil pareceu-me revelar que ela desenvolveu-se especialmente em torno do ensino de segundo grau. A própria polêmica a propósito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fixou-se no debate dos rumos do ensino médio.

Por isso, tomei a liberdade de limitar-se à história do ensino de segundo grau, com esporádicas incursões nos outros graus de ensino quando estes influíam no encaminhamento do ensino / secundário.

Por outro lado, procurei recolher a história do ensino secundário em suas expressões legais, isto é, através do pensamento das sucessivas reformas. Embora seja um estudo candativo, creio que traz algum proveito para análise dos objetivos e tendências do ensino, hoje.

Estou plenamente consciente de que, mesmo com estas limitações, meu trabalho é incompleto e imperfeito em inúmeros ângulos. Confesso que não tive "folêgo" para coisa melhor.

### I - PERÍODO CATEQUÉTICO - HUMANISTA E PARTICULAR

A história da educação no Brasil começa realmente a partir de 29 de março de 1549, com a chegada de seis missionários / Jesuítas chefiados pelo Pe. Manoel da Nóbrega, na frota de Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil.

#### 1 - Condições Sócio-econômicas e Culturais.

Para compreender a educação no Brasil quer nos seus primórdios como nas fases imediatamente posteriores, é preciso partir de uma análise das condições sociais, econômicas, políticas e culturais da época.

##### 1.1 - Revolução Comercial

Com o artesanato e a subsequente especialização, no século XIV, deu início a produção de mercadorias que não se destinavam ao uso imediato do artesão, mas ao consumo de outros. A /

moeda começou a ter larga circulação para o sistema de trocas.

A revolução comercial acelerou o crescimento dos pequenos burgos, que foram transformando-se em grandes cidades, cujos príncipes, apoiados pelos burgueses enriquecidos pelo comércio, foram constituindo os grandes Estados nacionais. A ascensão da burguesia e a criação dos Estados nacionais foram os fatos sociais e políticos de maior importância no período posterior à Idade Média.

A revolução comercial substituiu o sistema estático, predominantemente arcaico, da Idade Média, por um sistema dinâmico, predominantemente mercantil, de que se originou o moderno capitalismo.

Ora, o Brasil foi descoberto em plena era da revolução comercial. A mentalidade mercantil dominava a política das nações e os empreendimentos da iniciativa privada. Os descobrimentos / representam, acima de tudo, grandes acontecimentos comerciais. O descaso da colonização do Brasil por quase meio século explica-se, em parte, pelo reduzido interesse comercial que oferecia. As informações dos primeiros navegantes desestimulava a cobiça dos comerciantes. A decadência do comércio do Oriente e o aparecimento da cana de açúcar, que, ao atrair os interesses de outras nações, obrigaram Portugal a modificar sua política colonizadora.

## 1.2 - Época do Renascimento

Do ponto de vista cultural, há que lembrar o movimento renascentista e suas repercussões nas letras, nas artes e na educação. Ao predomínio da especulação filosófica e teológica, com todas as suas subtilezas, seguiu-se o predomínio da cultivo das formas literárias e artísticas, sob a inspiração das musas gregas e romanas.

Neste contexto, " a finalidade da educação, diz Monroe, passou a ser considerada em termos de língua e de literatura e não de vida; a ação educativa orientou-se para o domínio dessa literatura". Eram as humanidades. A preocupação científica era nula.

Por outro lado, a educação era concebida como o processo institucionalizado para a formação das elites dirigentes. Ora, com a ascensão da burguesia era entre os filhos dessa classe, / além da nobreza, que se iam recrutar os parlamentos, as profissões liberais e os administradores das monarquias.

### 1.3 - A Reforma e a Contra-reforma

A reforma de Lutero buscou desde logo um duplo apóio: a burguesia e a juventude. Lutero procurou atender as reivindicações da burguesia que, aos interesses econômicos, somavam ambições nacionalistas contra o universalismo da Igreja.

O livre exame da Bíblia é o fundamento da reforma de Lutero. Ora, para ler a Bíblia é preciso saber ler! Surgiu assim, pela primeira vez na história, a tese da educação popular: "Necessidade de mandar as crianças à escola" (Sermão de Lutero em 1530). A educação da juventude tornou-se um dos grandes meios nas mãos do reformador.

A Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio em 1534 para formar "uma milícia do Senhor a serviço da salvação eterna", era destinada por seu fundador à conversão dos mussulmanos. Paulo III, no entanto, demoveu o fundador dêsse intento para que se dedicasse à conversão dos pagãos das novas terras e ao combate / das idéias reformistas.

Para atingir tais objetivos missionários e contra-reformistas, os jesuitas adotaram, como contra-arma, a própria educação da juventude. "Aeducação da juventude é o principal meio que a Divina Providência concedeu à Companhia para reformar a humanidade" (Pe. Matius Viteleschi, Geral da Companhia, em 1630).

### 1.4 - Situação do Brasil em 1549

Em 1534 vegetavam no litoral brasileiro oito pequenos / atraiais com algumas dúzias de choupanas. Nesse ano, D. João III tentou o sistema de donatários semi-feudais para colonizar o Brasil. Mas 15 anos mais tarde tal sistema manifestou-se completamente falho, a tal ponto que a metrópole viu-se diante de duas / alternativas: ou modificar o sistema de colonização ou perder a colônia para corsários exploradores estrangeiros.

D. João, nos três famosos "regimentos" traça os pontos cardeais da nova política colonizadora, que são:

- a) Defesa do Litoral
- b) Fundação de núcleos estáveis;
- c) Regulamentação das relações entre os colonizadores e as várias tribus de índios;
- d) Conversão dos indígenas à fé pela catequese e instrução.

O último ponto é declarado como o principal intento. Sobre êle D. João fêz recomendações precisas:

- a) Aldeamento dos índios pacificados e cristãos na periferia das povoações das capitanias;
- b) Os meninos indígenas deveriam residir dentro das povoações portuguesas em regime de vida escolar, internato ou semi-internato.

Nestes regimentos temos o primeiro esboço de uma política educacional: aprendizagem pelo contato e preservação do contágio.

### 1.5 - Educação Portuguesa no Séc. XVI

Em 1549 praticamente nada existia em matéria de educação geral do povo. O analfabetismo era geral. Ler e escrever / era privilégio de poucos, sendo vedado às mulheres. Os únicos / asilos da cultura eram os mosteiros, cuja educação visava atender as necessidades internas dos monges.

O ensino particular era proibido. Por provismo de D. / João I, em 1384, só revogada em 1815, era proibido exercer o magistério sem prestar exames na Universidade de Coimbra.

Em 1450, D. Afonso criou o "Estudo Geral" para os filhos da nobreza, pagando o salário de 13 mil réis anuais. Em 1456, / fundou-se a primeira escola municipal em Évora, para ensinar gramática latina e escrita aos "filhos d'algo".

No início do século XVI, D. João III inaugurou um verdadeiro ressurgimento cultural em Portugal. Além de dar novos estatutos à Universidade de Coimbra, fundou, em 1548, o "Real Colégio das Artes" de Coimbra, desde logo frequentado por 1400 alunos da nobreza do reino.

Em 1549 existia em Portugal o seguinte sistema educacional:

1 - Ensino Elementar. Compunha-se de rudimentares "escolas de ler e escrever", como cursos preparatórios às "escolas de gramática", as quais por sua vez, eram preparatórias à Universidade. As escolas de ler e escrever eram de dois tipos:

a) Particulares, devidamente autorizadas. Destinavam-se aos filhos da nobreza, em preparação aos cursos posteriores.

b) "Escolas das Misericórdias", destinadas aos órfãos e "patifes", isto é, crianças pobres e abandonadas.

2 - Ensino de Segundo Grau: Era ministrado nas "escolas de gramática", isto é de ensino da morfologia e sintaxe latinas. Distribuía-se em três tipos de escolas:

a) O ensino oficial, mantido pelo Estado. Resumia-se no Real Colégio de Artes, chamado "colégio dos nobres".

b) O ensino das Ordens Religiosas, destinado aos candidatos ao sacerdócio ou à vida religiosa. Eram os únicos abertos aos pobres.

c) O ensino particular, mantido pela iniciativa privada. Destinava-se aos alunos pagantes.

3 - Ensino Superior. Resumia-se na Universidade de Coimbra, sobretudo depois da nova organização que lhe deu D. João III.

O ensino português tomou grande impulso depois que D. João III chamou os jesuitas para Portugal, a quem, segundo bem fundamentada opinião transferiu todas as funções da educação.

#### 1.6 - O Sistema Educacional dos Jesuítas

Os jesuitas mantiveram praticamente o monopólio da educação no Brasil até 1759. É necessário, assim, analisar seu sistema educacional para compreender os primórdios da educação do Brasil.

"Os jesuítas, digo, os primeiros jesuitas, diz Leonel Franca, não desceram o campo, em matéria de educação, como revolucionários ou como inovadores. Não pretenderam romper com as tradições escolares vigentes nem mesmo trazer-lhes contribuições inéditas. Ajustavam-se às exigências mais sadias de sua época e procuravam satisfazer-lhes com a perfeição que lhes era possível".

Embora o Cap. IV, Instructio pro Magistris, das Constituições da Companhia, de 1555, já traçasse rumos educacionais dentro das exigências da época, somente em 1599, com a publicação da Ratio Studiorum, ficam estabelecidos os ideais universais de educação da Companhia. Até àquela data, os jesuitas adotaram o

sistema vigente, consubstanciado no programa do Colégio de Évora. Tal programa foi aplicado também no Brasil. Baseava-se / nos Studia Humanitatis com textos latinos e gregos, sobretudo / de Cícero, que eram estudados com intuitos religiosos.

Com a Ratio Studiorum, a Companhia de Jesus optou pelo ensino de segundo grau e superior como o meio mais indicado para a formação de líderes leigos.

Contudo, Santo Inácio já dizia nas Constituições que "é muito perigoso querer conduzir todos à perfeição pelo mesmo caminho" e a "Ratio Studiorum" previa a possibilidade de modificações de acôrdo com a "variedade de lugares, tempos, e pessoas". Por isso, enquanto na Europa mantiveram-se fiéis a opção, no Brasil os jesuitas organizaram também escolas de "ler, escrever e contar", às quais seguiram-se as classes de gramática e os colégios, além de manter ensino profissional sobretudo nas "reduções".

Com referência ao ensino de segundo grau - Studis Inferiora - os jesuitas sentiram que não poderiam adotar na íntegra os planos de estudos da Europa. Por isso, introduziram várias modificações, entre as quais a substituição do grego pelo idioma tupi já nas classes de gramática. O esquema adotado, que foi praticamente o programa do ensino secundário colonial até 1759, é o seguinte:

1 - Classes de Gramática. Compreendia cinco classes. Cada classe era caracterizada por graus ou estágios de progresso, não significando períodos de duração, mas níveis de conhecimentos, que, vencidos, facultavam promoção à classe seguinte. Assim:

5a. Classe de gramática: Rudimentos de gramática latina. Texto: Cartas de Cícero.

4a. Classe de Gramática: a 3a. parte da gramática latina. Texto: Cartas familiares de Cícero.

3a. Classe de Gramática: Texto: De Tristibus de Ovídio e Cartas de Cícero.

2a. Classe de Gramática: Texto: em latim, o 5o. livro da Eneida, a Retórica do Pe. Cipriano e o Discurso Post Reditum de Cícero.

2 - Humanidades, objetivando o aprofundamento da linguagem latina e as primeiras noções do grego, compreendiam: em latim, De Bello Gallico de Cesar, o 10o. Livro da Eneida; e a gramática grega.

3 - Retórica, objetivando o desenvolvimento do bem falar e alguns conhecimentos históricos, compreendia: em latim, o 6o. livro de Eneida, o 3o. livro das Odes de Horácio, De Lege / Agraria e De Oratore de Cícero; em grego, os Diálogos de Luciano.

Como se observa, o latim forma a estrutura básica do currículo, da mesma forma que a orientação religiosa, "a maior glória de Deus", era o ideal da educação. As escolas dos jesuítas eram um empreendimento de apostolado. Era através da instrução que os jesuítas catequisavam e formavam os líderes cristãos.

Os estudos geográficos e históricos eram feitos indiretamente, através de comentários de textos. Os métodos pedagógicos eram a preleção, a competição, a memorização, a imitação e os exercícios escritos. A disciplina era rígida e "autoritária".

Além dos "Studia inferiora", a Ratio regulava também os "Studia Superiora" de teologia, exegese, moral e casuística para os alunos que se destinassem ao sacerdócio, e filosofia, abrangendo aulas de ciências exatas, para os que se destinavam / às carreiras liberais. Excluídos os clérigos, os que desejassem fazer estudos superiores na Colônia.

## 2 - Atuação dos Jesuítas

Os jesuítas tiveram tão destacada atuação neste / período que geralmente esta primeira fase leva o seu nome. A Companhia de Jesus manteve praticamente o monopólio da educação no Brasil até 1759. É opinião de bom número de historiadores que afirmam ter havido uma verdadeira transferência de funções da coroa para os padres da Sociedade, razão por que tanto em Portugal como no Brasil o ensino dos jesuítas era subsidiado pelo Rei: lá a título de ensino e aqui a título de missão.

A atuação dos jesuítas pode ser dividida em dois / períodos: o período heróico, como o denomina Luiz Alves de Mattos, até 1599 e o período de organização e consolidação, até 1759.

No primeiro período de iniciação, os jesuítas foram obrigados a atacar várias frentes. Inicialmente, deveriam alfabetizar e catequisar: mais catequisar que alfabetizar, pois, como / escreveu o Pe. Alspicqueta Navarro em 1550, "as letras são o menos necessário". Não era passada, no entanto, uma quinzena de sua / chegada em 1549 que os jesuítas já faziam funcionar a primeira / escola de ler e escrever, no arraial do Pereira. Em 1550 já ha -

via escolas elementares na vinda São Vicente, Bahia, Espírito / Santo, Pernambuco.

A êstes núcleos elementares seguiram-se na Bahia, em 1553 e em São Paulo, em 1554, classes de gramática e depois / colégios pròpriamente ditos.

Entre êstes cabe salientar o Colégio de Artes da Bahia fundado em 1572, sendo que em 1575 eram conferidos os graus de bacharel, em 1576 os de licenciado, e, em 1578 os de Mestre. "O curso de Artes no colégio da Bahia apresenta-se como uma Faculdade de Filosofia, de direito pontifício e de feição universitária e com a mesma praxe e solenidade dava grau de Mestre em / Artes" (Serafim Leite), título "que era então mais estimado do / que é hoje o de Doutor por qualquer academia" (Moreira de Azevedo).

Por outro lado, os padres da Colônia não poderiam esperar muitos esforços da metrópole, pois fazia pouco que a Sociedade fôra fundada e, além do mais, atendia a inúmeras solicitações da Europa e nas novas terras. Daí surgiu a necessidade / da formação de um clero indígena. Foram fundados imediatamente dois seminários com estudos de 2o. grau e superior: o de Olinda e Salvador. Foi nestes seminários que estudaram o Pe. Antônio / Vieira e muitos outros sacerdotes de grande cultura. Isto significa que eram já na época escolas de alta qualidade.

Constata-se assim que, em menos de trinta anos de sua chegada, os jesuitas já possuíam um comêço de uma rede de ensino que ia das escolas de primeiras letras aos colégios de retórica e humanidades até os seminários e cursos de nível superior.

Os colégios dos Jesuítas, sobretudo o curso de humanidades, eram frequentados pelos "filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de oficiais / mecânicos e, no século XVIII, também de mineiros, o que representava no Brasil a nobreza e a burguesia européia" (Serafim Leite). Os escravos negros, explica o mesmo historiador, não eram livres para buscarem instrução média e superior. Não era para fazer / dêles bacharéis ou sacerdotes que os senhores os haviam comprado.

Sabe-se assim que, embora os jesuítas continuaassem com a catequese e a civilização dos índios, embora mantivessem / escolas elementares com rudimentos de ensino profissional, a sua vocação era a educação de segundo grau para a formação das classes dirigentes.

A atuação dos jesuítas imprimiu traços tão marcantes na tradição pedagógica que seus reflexos ainda hoje se fazem sentir.

Os que fazem ressalvas à sua atuação, fixam-se sobretudo nestes pontos. O fato de os jesuítas dedicarem-se especialmente em educar os filhos das famílias influentes, os futuros líderes da comunidade, contribuiu, dizem, para a divulgação da idéia da fundação seletiva do ensino. O fato de ser dado às elites ensino humanístico-clássico e literário, que se prolongou no ensino secundário, contribuiu para o prestígio que esse tipo de ensino possui, em contraposição aos demais ramos do segundo grau. A deficiência de ensino científico e profissional contribuiu para o desprestígio do trabalho manual e, com êle, da educação técnico-profissional.

Cumpra assinalar, porém, a bem da verdade que a educação que os jesuítas organizaram com tanta dedicação ora a que existia, a que era exigida e a que era necessária no tempo. Os jesuítas, convém recordar as palavras de Franca, não entraram no campo da educação para reformá-la, mas para, apostolicamente, divulgá-la à camada social que a pedia e dela necessitava. Por outro lado, os jesuítas não levam nenhuma culpa se os educadores que lhes sucederam não conseguiram organizar um sistema educacional que fôsse adaptado às novas circunstâncias e que impusesse sua tradição pedagógica.

### 3 - Outras Ordens Religiosas Educadoras

Outras ordens religiosas ocuparam-se de ensino, sobretudo de humanidades, no Brasil colonial, dentro do mesmo plano de estudos da época. Mas sua ação foi pequena, pois, além de serem de número reduzido, dedicavam-se mais à catequese. Dentre estes cumpre salientar os franciscanos. Gilberto Fryre, secundando Gabriel Soares, afirma que o missionário ideal teria sido o franciscano. "Aos índios do Brasil parece que teria beneficiado mais a orientação do ensino missionário dos franciscanos", pois, estes "preocuparam-se acima de tudo em fazer dos índios artísticos e técnicos, evitando sobrecarregá-los de exercícios mentais". Aliás, enquanto os franciscanos foram cusados de só se terem ocupado nas missões em formar aprendizes ou técnicos em trabalhos manuais, os jesuítas receberam a crítica de só desen-

volverem atividades literárias e acadêmicas, manifestando pouco gosto pelo trabalho manual.

#### 4. O Ensino Oficial

A presença oficial do Estado português na vida educacional do Brasil só apareceu em 1694, com a criação de uma escola de artilharia e arquitetura militar na Bahia, e em 1738, com o estabelecimento de uma aula de artilharia no Rio de Janeiro. Foi a necessidade de defesa da colônia que o levou à criação dessas aulas de interesse imediato.

### II - PERÍODO LITERO-CIENTÍFICO E ESTATAL

Pombal fechou as escolas dos jesuítas com o Alvará / de 28 de junho de 1759. Somente treze anos mais tarde, em 1772, com a criação do subsídio literário, que possibilitou o financiamento das aulas régias, o governo português reiniciou o processo do ensino no Brasil. Neste ínterin, funcionavam no Brasil apenas umas poucas escolas de ordem religiosas que cuidavam de preferência da catequese. Consta que Pombal teria entregue a educação aos franciscanos. Se verdadeira a hipótese, estes não dispunham de elementos e nem estavam preparados para assumir tal / encargo.

Este período estende-se, pois, de 1759, ou melhor, de 1772 à chegada da família real ao Brasil, em 1808.

#### 1 - Transformações sócio-culturais nos séc. XVII e / XVIII.

Para compreender este período é preciso relembrar as transformações que se processaram nos séc. XVII e XVIII. Tais / transformações foram tão profundas e estensas que só poderão ser comparadas com as que estão se dando no séc. XX, após as duas grandes guerras mundiais, tendo-se criado uma situação inteiramente / nova.

### 1.1 - A Revolução da Ciência

Se a partir do séc.XV deu-se o "renascimento" das / letras e das artes, com uma volta aos modelos gregos e romanos, a partir do séc. XVII deu-se o verdadeiro "renascimento" das / ciências positivas, a matemática, a física, a química, as ciên-  
cias naturais. Basta que se citem os nomes de Descartes, Pascal, Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, Torricelli, Huygens, Leibnitz, Papin, Laplace, Lavoisier, Buffon, Voltaire e muitos outros.

### 1.2 - Revolução Industrial

O progresso científico refletiu-se para logo no pro-  
gresso técnico, sobretudo no setor de transformação, que é a in-  
dústria, com a introdução da máquina e da energia mecânica, pro-  
vocando o "deslocamento da economia da agricultura para a indús-  
tria, do campo para a cidade, da dispersão doméstica para a con-  
centração fabril" (Alceu de Amoroso Lima). Surgiram as grandes  
cidades industriais. É o início da classe dos operários assala-  
riados.

### 1.3 - Transformações sociais e políticas

A revolução industrial e o progresso comercial conso-  
lidou a burguesia, que adquiriu mais consciência de sua fôrça.  
Rousseau e a corrente enciclopedista, pregando a democracia li-  
beral, incentivaram a Independência dos E.E.U.U. e provocaram a  
Revolução Francêsa. As consequências sociais e políticas desses  
fatos, em tôdas as partes do mundo, são por demais conhecidas.

### 1.4 - Novas idéias filosóficas

O racionalismo iluminista levou ao extremo o humanis-  
mo renascentista, erigindo a razão humana em critério supremo da  
verdade e do bem. Se o renascimento foi herético, o iluminismo /  
é ateu.

## 2 - Reflexos na Educação

O que Rousseau fêz na filosofia política com o "Contra-  
to Social", repetiu no plano educacional com seu "Emílio".

É verdade que Portugal, como também a Espanha, não / se fizeram presentes quer no progresso científico como nos avanços técnicos da indústria. A península ibérica, vanguardeira na descoberta das vias marítimas, estagnou com as riquezas facilmente acumuladas no comércio de bens naturais. O Brasil mantinha / seus portos fechados quer ao comércio como à cultura.

Mas a nova mentalidade iluminista e liberal varreu / a face da terra, sem respeitar fronteiras. A sociedade começou / a fazer exigências diferentes à educação e à escola:

1) A escola deveria proporcionar formação científica, não apenas literária. Nasceu já nesta época o debate entre formação literária e formação científica.

2) A escola deveria proporcionar formação técnico- / profissional, não só humanista. O debate entre tecnologia e humanismo também nasce nesta época.

3) A escola deveria proporcionar educação liberal e leiga, não autoritária e exclusivamente religiosa. Vem desta época o laicismo escolar.

Normalmente caracteriza-se este período como o do / realismo pedagógico contra o formalismo da educação humanística clássica.

### 3 - O sentido da Reforma de Pombal

#### 3.1 - O conteúdo do Alvará da Reforma

Lendo o Alvará de 28 de junho de 1759, pode-se destacar os seguintes pontos:

1) Necessidade do estudo das ciências. Diz o primeiro "considerando": "tendo em consideração a que da cultura das / ciências depende a felicidade das monarquias...".

2) Por outro lado, reconhece a importância do estudo das letras. O segundo "considerando" acrescenta: "tendo em consideração outrossim a que sendo o estudo das letras humanas a base / de tôdas as ciências ...".

3) Conteúdo julga que o método empregado nas escolas dos jesuitas é "escuro, fastidioso, pernicioso, inflexível contra a evidência das sólidas verdades". Investe contra os "prejuízos do uso de um método, que depois de, serem por êle conduzidos os estudantes pelo longo espaço de oito, nove e mais anos, se achavam no fim dêles tão ilaquiados nas miudezas da gramática, como / destituídos das verdadeiras noções da língua latina e grega, para nelas falarem e escreverem sem um tal extraordinário desperfício de tempo com a mesma facilidade e pureza, que se tem feito familiares a tôdas as outras nações da Europa, que aboliram aquêle / pernicioso método".

Por estas razões, enquanto extingue "tôdas as classes e escolas que com tão perniciosos e funestos efeitos lhes / (jesuitas) foram confiados", ordena "que no ensino das classes e no estudo das letras humanas haja um geral reforma, mediante a / qual se restitua o método antigo, reduzido aos têrmos simples, / claros e de mais facilidade, que se pratica pela nações polidas / da Europa"... " a qual reforma se praticará não só nestes reinos, mas também em todos os seus domínios... em tudo o que fôr aplicável".

É a primeira vez na Europa que um Estado evoca a si a educação.

### 3.2 - Realizações Educacionais de Pombal

A reforma de Pombal não foi tão profunda quanto se / poderia esperar. Deu, porém, grande impulso para o estudo de disciplinas científicas sem excluir os estudos literários. Reformou a Universidade de Coimbra, dotando-a de laboratórios de Matemática, História Natural, Medicina, Química e o observatório astronômico.

#### a) As Aulas Régias

Em substituição do ensino dos jesuitas, distribuído em graus ou estágios, que representavam determinados níveis de / conhecimentos adquiridos, a reforma de Pombal estabeleceu "as aulas régias", isto -é, escolas separadas de disciplinas isoladas. Havia assim aulas de matemática numa escola, aulas de latim em outra escola, etc.

Além dêsse vício profundo do sistema, havia no Brasil enorme carência de professôres leigos, mal preparados e mal pagos, o que não vem ao caso examinar.

O financiamento do ensino era feito através do "subsídio Literário", um imposto que recaia sôbre gêneros alimentícios. Tal providência foi de todo infrutífera, pois a colônia carecia / completamente de um aparelho arrecadador.

De sorte que é pacífico dizer-se que a expulsão dos jesuitas representou a desarticulação do sistema de ensino que os jesuitas haviam montado, sem que houvesse sua substituição por novo aparelhamento institucional. Foi certamente uma regressão na evolução escolar. Começa assim, diz Afrânio Peixoto, no Brasil / a praga das reformas.

Há quem diga que, do ponto de vista do currículo, / houve um progresso, porque começaram a ser introduzidas disciplinas científicas.

#### b) O Seminário de Olinda

A melhor realização educacional neste período de ensino oficial foi realizado nas escolas ou seminários, sobretudo / no Seminário de Olinda.

Fundado pelo Bispo, D. Azevedo Coutinho, que havia / aprendido a nova mentalidade da Universidade de Coimbra, introduziu as seguintes iniciativas:

1) Organização das matérias num currículo unificado, com graduação de ensino, divisão de trabalho docente e reunião de alunos em classes ou séries de estudos;

2) Introdução do estudo de ciências, como história, geometria, física, história natural, cronologia, desenho, e de / línguas modernas, como francês, ao lado das disciplinas tradicionais. "Começou a ensinar as ciências úteis, que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro."

Segundo Oliveira Viana, o Seminário de Olinda preparou a independência educacional do Brasil.

### III - PERÍODO DE ENSINO SUPERIOR TÉCNICO-PROFISSIONAL

Com a transferência para o Brasil da Côrte Portuguêsa, em 1808, sobretudo após a abertura dos portos às nações amigas, inicia-se nova era na educação brasileira, pois, além de receber influências de outras culturas, iniciou-se a organização / de um sistema de ensino de melhor correspondência às necessidades locais.

Este período, que se estende de 1808 até 1834, caracterizou-se pela implantação do ensino superior técnico-profissional para atender às necessidades imediatas do mecanismo político-administrativo da nova sede do Governo. Em verdade, era enorme a carência de quadros administrativos. Não havia pessoal habilitado para as mais elementares atividades, como caixeiro, contador, etc. A imprensa era proibida. A metrópole tinha interesse em manter a Colônia longe da instrução, sobretudo da mentalidade revolucionária da Europa, que já havia provocado a independência de muitas nações sul-americanas. Tanto isto é verdade que os primeiros órgãos de imprensa livre foram instrumentos de polêmica ideológica.

#### 1 - Realizações Educacionais de D. João VI

A instrução pública foi o setor administrativo que / mereceu os melhores cuidados do Príncipe português. Com referência ao currículo, a orientação de D. João VI representou a "ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial" (Fernando de Azevedo).

##### 1.1. - Ensino Superior:

Dentro da pressão utilitária e imediatista, D. João / fundou, no mesmo ano de sua chegada, o curso médico da Bahia, a Academia Real da Marinha, um curso de Economia Política e aulas / de imprensa régia, aos quais seguiram-se, nos anos imediatos, outros cursos de medicina no Rio de Janeiro, de agricultura, de química, de botânica, a Academia Real Militar, Academia de Desenho, / de Pintura, de Música, o Museu Real, a Biblioteca Pública (60.000 vols.). É de se notar que D. João não fundou nenhum curso de Direito.

## 1.2 - Ensino de 1º e 2º Grau:

Embora D. João incentivasse a educação elementar, esta não mereceu dêle cuidados especiais. Quase nada se fêz no / setor de ensino de 2º grau, o qual se limitou às aulas régias, se gundo o sistema de Pombal, com acréscimo de algumas aulas de ciên cias, como álgebra, geometria e história.

## 1.3 - Tentativa de organização do Ensino:

O Conde de Barca, Ministro de D. João, encarregou o general Francisco de Borja Garção Stockler de elaborar um proje to de planejamento geral do Ensino.

Tal projeto, de 1812, o primeiro da história da edu cação no Brasil, inspirava-se no Rapport de Condorcet. Na época foi rejeitado, Mais tarde, porém, foi retomado pelo Cônego Ja nuério da Cunha Barbosa. É o seguinte:

1) Ensino nos Pedagogos, de grau elementar, abran gendo o indispensável ao homem de qualquer posição.

2) Ensino nos Institutos, mais desenvolvido abrangen do conhecimentos indispensáveis aos agricultores, artistas, ope rários, comerciantes.

3) Ensino nos Liceus, abrangendo conhecimentos cien tíficos básicos.

4) Ensino nas Academias, abrangendo as ciências / abstratas e sua aplicação, as ciências morais e políticas.

Embora rejeitado, o projeto demônstra a orientação / científica-profissional que dominava o seu autor.

## 2 - Realizações Educacionais de D. Pedro I Regências

D. Pedro I e as regências trinas seguiram, em linhas gerais a política educacional de D. João. Foram criados, nesta / época, os cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda.

Já na constituinte de 1823 notava-se uma absorvente preocupação pelãs problemas educacionais. A Constituição ertor gada de 1824 estabelecia que a "instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". Ao que consta é o primeiro estatuto legal / que estabelece gratuidade da instrução primária.

Em 1826, o Cônego Januário da Cunha Barbosa retomou o projeto de Stockler. Mas somente foi levado adiante no que / respeita ao ensino primário, transformado que foi em lei de 15 de outubro de 1827 - a única lei geral de ensino elementar no Brasil até 1946 - a qual estabelecia: "Em tôdas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que / foren necessárias.

À influência francesa, incorporou-se a influência / influência inglesa com a adoção do "método de ensino mútuo" de Lancaster e Bell. Tal método, permitindo que os alunos mais / adiantados auxiliem o professor como monitores, representava boa solução para a carência de professores, motivo porque conservou se por muito tempo.

Os resultados não foram tão satisfatórios, dado o / pouco interesse do povo pela instrução pública, sintoma do caráter antecipatório das leis educacionais.

O ensino secundário, mau grado os exemplos de renovação vindos sobretudo da França, continuou esquecido. Registrou se apenas uma tímida tentativa em Pernambuco, em 1826, de reunir num liceu as aulas esparsas do sistema de Pombal.

#### IV - PERÍODO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO

Comparável à reforma de Pombal, o Ato Adicional de / 1834 veio estabelecer a anarquia oficial do ensino. Ao invés da organização nacional de educação., respeitadas as diversidades / regionais, como era desejo dos constituintes de 1823, estabeleceu-se a fragmentação do ensino pelas Províncias, salientando-se o fato de que o sistema administrativo do Ato Adicional estendeu sua influência até boa parte do período republicano.

##### 1 - O ATO ADICIONAL

O ato Adicional do Padre Feijó estabeleceu dupla competência no ensino:

1) Às Províncias cabiam o ensino elementar e o ensino secundário;

2) Ao Governo Central competia o ensino de todos / os graus no Município do Império e o ensino superior em todo o país.

Ora, as Províncias não estavam preparadas para tal / encargo, nem dispunha de recursos técnicos, financeiros e humanos para assumi-lo. Por isso, fizeram o que puderam, e pouco / puderam fazer.

### 1.1 - Realizações do Governo Central

#### a) Fundação do Colégio Pedro II.

O Colégio que tomou o nome de D. Pedro II merece destaque. A sua história até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, pois a organização do Colégio Pedro II servia como modelo para todos os colégios das Províncias, oficiais ou particulares. Todas as reformas visavam / primeiramente o Colégio Pedro II para daí irradiarem-se pelo / país.

Desviando-se dos estatutos da fundação, em 1838, que, malgrado as tendências enciclopedistas, dava larga margem às / ciências, o regulamento de 1841 reatou a tradição colonial de / ensino Humanístico clássico, literário e intelectualista. Deixou de preparar para as funções úteis, técnicas e econômicas, e se tornou um instrumento de seleção e classificação social, a serviço das elites **dirigentes**.

"Desenvolveu-se o ensino já existente de línguas vivas (francês e inglês) e surgiu o alemão no currículo; mas o estudo das ciências foi reduzido de quatro para três anos, enquanto se acentuava o latim que passou de quatro para sete anos. O conjunto estava acrescido para sete anos" (Raul Bittencourt) . Couto Ferraz tentou, em 1854, introduzir dois ciclos nos sete / anos.

A criação do Colégio Pedro II, imitado aos poucos pelos demais colégios, é o marco oficial que determina o fim do / sistema pombalino de escolas de matérias isoladas.

#### b) Cursos Preparatórios ao Ensino Superior

A partir de D. João VI, foram fundados no Brasil os / cursos de nível superior, inicialmente cursos técnico-profissionais, depois, já no Império, cursos jurídicos. Desde então, à /

função de seleção e ascensão social acresceu-se ao ensino secundário a incumbência de preparar aos cursos superiores. Nasceu assim no Brasil o empenho entre a concepção preparatória e a concepção formativa deste grau de ensino, sendo que a posição do Governo Central do Império era a de fixar seu significado meramente preparatório.

Foram criados, então, os "cursos anexos" às escolas superiores e os "exames de preparatórios", mediante os quais os alunos que não cursavam o Pedro II obtinham habilitação para a matrícula nos cursos superiores.

Os exames de preparatórios, que receberam sucessivas ampliações e modificações em sua realização, exerceram influência negativa na qualidade do ensino secundário, bem como do próprio ensino superior. "Saber para que? Basta que sejam aprovados". É que a educação brasileira, antes da secundária, depois também a superior, era decididamente "educação para a aristocracia", importando acima de tudo os títulos nobiliárquicos para as rodas da alta sociedade e cujos produtos típicos foram os "bacharéis" e os "doutores", que marcavam por muito tempo a vida nacional de forma inconfundível.

### 1.2 - Realizações Educacionais nas Províncias

Várias Províncias tentaram erguer escolas secundárias oficiais, seguindo o modelo-padrão do Colégio Pedro II. Poucas subsistiram e conseguiram êxito. Algumas escolas normais oficiais alcançaram algum resultado melhor.

### 1.3 - Fase Áurea do Ensino Particular

Floresceram nesta época, de norte a sul do país, inúmeros colégios particulares, leigos e confessionais, que salvaram o ensino da debacle oficial.

O mérito de tais colégios foi o de ter procurado instruir a juventude da época, alguns com extraordinário brilho, como o Colégio Bahiano, onde estudaram Castro Alves, Rui Barbosa, D. Antonio de Macedo Costa. Contudo, apesar de alguns terem introduzido métodos e processos novos, basicamente inspiraram-se na organização do Colégio Pedro II, limitavam que estavam pela necessidade de habilitar aos exames de preparatórios, motivo porque

não chegaram a impôr novas linhas de orientação à educação brasileira.

## 2 - Novas Reformas - Nova consciência

### 2.1 - "Ensino Livre" da Reforma de Leôncio de Carvalho.

Em 1878, Leôncio de Carvalho, impressionado com o desenvolvimento dos EE.UU. e julgando-o consequência da liberdade / de ensino lá existente, quis transplantá-la para o Colégio Pedro II e outros colégios que lhe sequissem o programa. Assim, não / só aos alunos era facultativa a frequência às aulas, como também qualquer pessoa poderia comparecer às aulas. Restabeleceram-se as aulas avulsas, com exames avulsos. "Muitos prestavam em primeira época os exames de uma série, e, em seguida, os exames da série subsequente. Alguns requeriam logo depois de uma época / extraordinária, para nova série... Eram os "bacharéis elétricos", como ficaram apelidados pelo povo" (Almeida Junior). Tal liberdade, que atingia ensino secundário e superior, abafou a incipiente organização que se esboçava a partir do Colégio-padrão.

### 2.2 - Nova Consciência

Nos últimos anos do Império reanudesceram as preocupações com a educação, o que se comprova pela convocação feita pelo Governo de um Congresso de Instrução. Uma idéia tornou-se obscura: é preciso precuperar o tempo perdido para alcançar a posição dos "países mais civilizados". Muito contribuíram os célebres pareceres de Rui Barbosa, que, demonstrando profundo conhecimento dos sistemas educacionais de outros países, despertou a consciência de nosso atraso no setor da instrução pública.

Por outro lado, é evidente a carência de um diagnóstico objetivo da real situação do ensino e uma análise do que se ria possível realizar em nosso país. A meta era: alcançar o estágio dos "países civilizados".

Com referência ao ensino secundário, os debates centram-se nos seguintes pontos:

1) Finalidade do ensino secundário: Enquanto socialmente era atribuída e aceita a função de preparação aos cursos superiores, nos meios educacionais percebeu-se que aquela função /

não satisfazia às necessidades de formação da juventude. Era necessário atribuir-lhe função educativa. A mentalidade que se estava criando representa um grande progresso: inicialmente o ensino secundário era processo de seleção e ascensão das elites; depois, processo de preparação à Universidade; agora, pensa-se em processo de educação da juventude.

Note-se, porém, a educação ou formação da juventude eram identificadas com a transmissão da cultura geral. Ora, a cultura geral era tomada como susinônimo de cultura curricular, isto é, transmissão e apropriação (memorização) de um conteúdo ou currículo considerado valioso e necessário. Na caracterização do que seria valioso e necessário, refletia-se o conflito europeu entre a tendência disciplinar - "Exercitar, adestrar, alargar o espírito" (Paulino de Souza, 1869) - e a tendência enciclopédica - saber algo de tudo, "espalhar os conhecimentos gerais indispensáveis a tôdas as classes e profissões sociais" (Leão Veloso). Com Rui Barbosa, esboça-se o conceito da função de integração - social e profissional.

2) Conteúdo Curricular. Quanto ao currículo, estruturava o conflito também europeu, entre o classicismo humanista (tendência disciplinar, ornamental e acadêmica) e os estudos modernos das ciências e línguas vivas (tendência enciclopedista e profissional): uns queriam, um currículo mais literário que científico; outros, mais científico que literário; Rui queria cursos diversificados de caráter profissional ao lado do de ciências e letras.

3) Administração do Ensino. Discutia-se a competência do Governo Central. Em geral, admitia-se a descentralização administrativa criada pelo Ato Adicional. Mas admitia-se também a ação direta do governo geral na difusão do ensino nas Províncias, mediante a criação e manutenção de estabelecimentos de ensino, bem como a ação indireta mediante a concessão de auxílios. Em verdade, o Governo Central, detendo o monopólio do Ensino Superior e não reconhecendo a validade, para fins de ingresso nos cursos superiores, dos estudos nos liceus das Províncias e particulares, exercia superintendência indireta sobre o ensino secundário de todo o país.

4) Estrutura Nacional do Ensino. Crescia a idéia de uma estruturação nacional do ensino em todos os níveis. Reflexo disto é a última "Fala do Trono", de 3 de maio de 1889, em que /

o Imperador propôs um amplo sistema nacional de instrução pública: "Entre as exigências da instrução pública, sobressai a criação de escolas técnicas adaptadas às condições e conveniências locais; as duas universidades, uma ao sul e outra ao norte do Império, para centros de organismo científico e proveitosa emulação, donde partirá o impulso vigoroso e harmonioso de que carece o ensino; assim como a de faculdades de ciências e letras, que, apropriadas às Províncias, se vinculariam ao sistema universitário, assentando todo o livre é firmemente na instrução primária e secundária".

D. Pedro II era verdadeiro animador da educação e mecenas da cultura, mas poucas são suas realizações concretas.

A Colônia e o Império legaram à República, no campo da educação, por um lado carência quase completa de tradição pedagógica, e, por outro lado, considerável quantidade de linhas de forças ideológicas, geralmente importadas e antecipatórias, todas elas ainda precisando de aclimação e melhor definição.

## V - PERÍODO DE REFORMAS SUCESSIVAS E DESCONEXAS

"Com a proclamação da República, o ensino brasileiro entrou num período de reformas sucessivas, a curto prazo, umas de inspiração e tendências totalmente diferentes das outras, todas de superfície, sem continuidade de esforços, sem respeito pelas aquisições válidas, anteriores, às apalpadelas, como quem está desorientado e procura uma saída às tolas" (Beaulieu, Charbonneau e Martins).

### 1 - Novas Circunstâncias.

As idéias liberais tomaram de assalto todos os setores da vida brasileira. A libertação dos escravos, a libertação da monarquia, o advento da república com suas campanhas eleitorais e votações para os cargos públicos, são acontecimentos que, precedidos por vários movimentos de opinião pública, mobilizaram a vida nacional.

O liberalismo tornou-se a filosofia política dominante. Os ideais liberais foram na época, o que seriam os ideais democráticos após a segunda grande guerra. Veja-se, por exemplo, a titulação dos partidos políticos: lá, partidos liberais; aqui, partidos democráticos.

A libertação dos escravos foi mais um passo na estratificação da sociedade brasileira.

O pensamento cultural brasileiro, ainda ornamental, livresco, prêso à tradição coimbra, modifica-se, à medida que se vão introduzindo o positivismo de Comte, o transformismo de Darwin, e evolucionismo de Spencer, o monismo de Haeckel. Surgiu então "uma fulgurante plebe, um grupo de homens de origem social humilde e mestiça, que, através das academias, invadiu a vida pública e intelectual do Brasil, anunciando a sociedade diferente que vinha surgindo" (Hernes de Lima).

"As relações econômicas da Colônia ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional" (Sílvio Romero). De fato, começa a desenvolver-se a indústria, as cidades crescem, a imigração traz nova vida, os transportes estendem seus ramos, expande-se a produção cafeeira. Começamos, enfim, a tomar consciência de nossos problemas e de nossa realidade distinta de país independente.

A educação brasileira reflete a mentalidade transformacionista que se desenvolve no Brasil. A prova está nas reformas sucessivas que se introduzem e se abolem, as quais podem ser assim classificadas:

- 1) Ensino Enciclopédico, influência positivista
- 2) "Código de Ensino" - Tentativa de Uniformização
- 3) Desoficialização do Ensino
- 4) Sistema Eclético
- 5) Reforma de Transição: Tudo isto realizado no curto espaço de quarenta anos, isto é, de 1889 a 1930.

## 2 - Ensino Enciclopédico, influência Positivista

### -REFORMA DE BENJAMIN CONSTANT-

O governo da República criou, em abril de 1890, a "Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos" (fundida com o Ministério da Justiça, em 1891),

confiada a Benjamin Constant que, pelo decreto nº 981 de 8-11 - 1881), confiada a Benjamin Constant que, pelo decreto nº 891 de 8-11-1890, introduz a reforma do ensino primário e secundário do Distrito Federal. Os principais pontos dessa reforma são:

2.1. Finalidade do Ensino Secundário. Prevendo um "ensino secundário integral" e um "curso integral de estudos", objetivava "superar o caráter exclusivamente preparatório do ensino secundário, conferindo-lhe o de uma verdadeira formação educativa" (Geraldo / Bastos Silva). Mas para Constant e seus contemporâneos "ensino / integral" ou "curso integral" significava transmissão ou assimilação de um conteúdo ou currículo intelectual considerado valioso e necessário. É o reflexo do conceito enciclopedista e intelectualista de cultura.

2.2. "Curso integral de Estudos". Com a duração de 7 anos, o curso secundário de Constant era composto de um currículo que girava em torno do eixo das ciências fundamentais apontadas por Augusto Comte, distribuídas ao longo do curso, segundo a ordem lógica da classificação comteana. Para completar o currículo, além das disciplinas clássicas tradicionais, o latim e o grego, foram conservados ou acrescentados os estudos de línguas vivas, literatura, ginástica, música, desenho, e uma infinidade interminável de outras ciências. Ao todo, o currículo compunha-se de quase três dezenas de disciplinas. Além disso, a partir do 3º ano, devia / ser feita a revisão das disciplinas anteriormente estudadas, sendo que o 7º ano era predominantemente de revisão. Era realmente um currículo "integral", isto é, enciclopédico.

### 2.3. Sistema de Exames:

O aluno estava sujeito a três tipos de exames:

- 1) de suficiência, para as matérias que seriam continuadas no ano imediato;
- 2)  finais, para as matérias concluídas;
- 3) de madureza, no fim do curso, "destinado a verificar se o aluno tem cultura intelectual necessária". Por lei, ficaram abolidos / os exames de preparatórios.

O exame de madureza destinava-se a dar a tonalidade / educativa a todo o ensino secundário. O aluno que lograsse aprovação nos exames de madureza receberia o título de "bacharel em /

ciências e letras". O que não obtivesse aprovação receberia um / certificado de conclusão de estudos. Ambos os títulos satisfariam as exigências legais para ingresso nos cursos superiores.

Os exames de madureza, porém, só conseguiram ser postos em execução em duas oportunidades. Na prática, continuaram / tanto os exames parcelados e cumulativos de Leôncio de Carvalho, como os exames de preparatórios:

#### 2.4. Administração do Ensino

A República federativa consagrou o princípio de descentralização do Ato Adicional, sob outros moldes:

a) Competência da União - pela constituição incumbia ao congresso nacional, privativamente, "legislar sobre o ensino superior na capital"; não privativamente, criar instituições de ensino superior e secundário nos estados" e prover a instrução / secundária no Distrito Federal", bem como animar, no país, o desenvolvimento das letras e ciências... sem privilégios que to - lham a ação dos governos locais.

b) Competência dos Estados. Aos Estados cabia, privativamente, o ensino primário, o ensino normal e o técnico-profissional, e não primativamente, o ensino superior e secundário.

Estabeleceu-se assim o sistema federal, formação das elites, e o sistema estadual, educação popular e profissional. Este dualismo refletia os sistemas educacionais da França, Alemanha e Inglaterra.

De acordo com o princípio de "liberdade profissional" substancial na nova ordem jurídica, o ensino era livre aos particulares, que podiam fundar colégios isentos de regulamentação e fiscalização oficial. A inspeção limitava-se apenas "a verificar que o ensino não seja contrário à moral e à saúde dos alunos".

Apesar da descentralização consagrada na Constituição, a reforma Constant introduz um princípio de uniformização nacional, vez que, para o acesso aos cursos superiores, os estudos dos estabelecimentos estaduais deveriam modelar-se segundo o "ensino integral", adotado no Colégio Nacional, e os alunos de Colégios particulares deveriam prestar exames (de madureza) no instituto oficial.

Aliás, é histórica a campanha empreendida pelos colégios particulares pela equiparação aos colégios oficiais para / efeito de ingresso aos cursos superiores.

Causa estranheza o fato de a Constituição da República ser tão omissa em assuntos de educação. A estranheza aumenta quando se sabe que a Constituinte possuía vultus do porte de Rui Barbosa, cuja luta pela educação chega a ser homérica. Não se encontra explicação para o fato.

## 2. Código de Ensino: Tentativa de Uniformização

A reforma de Epitácio Pessoa, em 1-1-1901, é mais / uma tentativa de liberar o ensino secundário da tirania dos exames de preparatórios, para atribuir-lhe uma função formativa.

Epitácio Pessoa acreditava que a uniformização nacional do ensino, já iniciada no período passado, era o processo / adequado para o seu aperfeiçoamento no sentido da formação da juventude.

### 1. Seriação obrigatória e frequência obrigatória

O curso secundário foi reduzido a seis anos. Feito o exame de admissão a uma série, daí por diante era obrigatória a frequência às aulas das séries subsequentes.

### 2. Sistema de Exames

Estavam previstos três tipos de exames:

a) Exames de Admissão: O aluno pôdia matricular-se / em qualquer série, desde que fôsse aprovado em exame de admissão à série pleiteada.

b) Exame de promoção. Eram exames de conclusão de uma série, o qual dava direito de promoção à série seguinte.

c) Foram conservados os exames de madureza.

Como se vê, foram abolidos da lei os exames de preparatórios. Mas êles subsistiam na prática por concessão, à margem da lei. Não havia sido encontrado um substituto adequado.

Para dar ao ensino secundário o sentido formativo, / Epitácio Pessoa instituiu os exames de promoção. Mas tal intenção ficou completamente baldada pelos exames de admissão. Através, deles, o aluno podia preparar-se, como o quisesse, aos exa-

mes de ingresso em qualquer série, à sexta série, e, daí, passar aos exames de madureza ou aos preparatórios para os cursos superiores, burlado inteiramente as intenções da lei.

### 3. Currículo

O currículo representava um meio termo entre as tendências literárias e científicas, com leve inclinação humanista, intelectualistas ou acadêmicas (não inclui disciplinas vocacionais ou profissionais).

Este currículo conservou-se basicamente até a reforma Capanema.

### 4. Administração do Ensino: Equiparação

Conservada a administração descentralizada da Constituição, o "Código de Ensino" adotou o sistema de equiparação / como medida para uniformizar o ensino nacional.

Organizados os programas de competência exclusiva da congregação do "Ginásio Nacional", o Código facultava equiparação para todos os efeitos legais, aos estabelecimentos estaduais e particulares que observassem rigorosamente suas disposições "relativas ao número e seriação de disciplinas, a sua distribuição pelos anos do curso e ao número de horas semanais consagradas ao estudo de cada matéria", bem como, "com relação / aos exames de admissão, de promoções sucessivas e de madureza."

A equiparação era concedida após fiscalização por / delegados oficiais.

O processo não alcançou os resultados esperados. Pelo contrário, montou-se inadvertidamente uma fábrica incontrolada de diplomas e certificados. É que, diz o Ministro Rivadávia, "só / duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos / completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível e a dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se as / duas fórmulas: bacharel quanto antes; dinheiro quanto mais".

O Diretor Geral do Ensino, Dunshee de Abranches resumia a situação com as palavras: "o mau ensino no Ginásio (Pedro II), o péssimo ensino dos institutos equiparados, o nulo ensino revelado pelos mercadores avulsos de exames de preparatórios".

Soluções à vista: Diante do caos total do ensino, várias opiniões iam amadurecendo, tais como:

1. O Ministro Tavares Lira propugnava a instituição de exames / vestibulares, isto -é, "criação de exames verifcadores de capacidade", despreendendo o ensino secundário do ensino superior. O sistema aos cursos superiores seria problema dos próprios cursos superiores, O ensino secundário, com mais facilidade, podeira as sumir a função formativa própria.

2. O Ministro Rivadávia Correia apresentava: "O mineio mais acetado é deixar a instrução secundária entregue à iniciativa particular, desoficializar o ginásio". O ensino secundário e superior entre nós carece de libertar-se da ação perturbadora dos poderes públicos."

Apesar de Tavares Lira propor "fiscalização séria", esta estava completamente desacreditada.

### 3. Desoficialização do Ensino, com Rivadávia Correia

O Ministro Rivadávia Correia, em 1911, retoma e leva ao extremo o "ensino livre" de Leôncio de Carvalho. É, pois, uma interrupção no progressivo crescimento da superintendência do governo / central que se havia iniciado com reforma Constant.

Rivadavia era um positivista ortodoxo e um liberal convicto. / Acreditava que a consciência de liberdade era força suficiente para garantir tanto a eficiência quanto a honestidade. Queria / introduzir na educação os princípios liberais da livre concorrência, da oferta e procura, do "laissez-faire", então vigorantes / no processo econômico liberal. Julgava que " a opressão dos mestres", a "tutela governamental", o "sonho dourado do título acadêmico", eram as causas da situação periclitante do ensino. A libertação dos "constrangimentos" exteriores, a "completa desoficialização, corolário fundamental do princípio de liberdade profissional", abriria o caminho de um desenvolvimento funcional intrinsecamente valioso.

#### 1. Administração do Ensino

Em substituição à "função fiscal do estado", instituiu o Conselho Superior de Ensino. Era um órgão autônomo, com função temporária, enquanto se processa a "transição que vai da oficialização completa do ensino, ora vingente, à sua total independência, futura".

Os estabelecimentos oficiais aos poucos deviam transformar-se em "corporações autônomas", tanto do ponto de vista didático, como administrativo".

As escolas particulares estariam isentas de qualquer autorização e fiscalização.

Livres os colégios de fiscalização estatal, livre também era a frequência das aulas.

## 2. Objetivos e currículo do ensino secundário

A intenção da lei era a de fazer com que este grau de ensino adquirisse um conteúdo próprio deixando de ser mero preparatório. Por isto, os programas deveriam revestir-se de caráter prático e libertar-se da condição subalterna de mero preparatório para as academias".

Embora se propusesse a finalidade de "proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências de vida", o currículo oferece apenas leves modificações, no confronto como de Epitácio Pessoa.

É mantida a duração de 6 anos.

Com os mesmos objetivos, os diplomas foram substituídos por modestos e democráticos certificados".

## 3. Exame vestibular

Para libertar o ensino secundário de sua condição subalterna, Rivadávia introduziu o exame vestibular a ser feito pelos institutos superiores. Tais exames, ao invés de versar sobre matérias de um currículo prescrito, visavam obter "um juízo de conjunto" do desenvolvimento do aluno. Em vista disto, para comparecer aos exames vestibulares nenhuma exigência de comprovação de estudos anteriores era feita. Cada aluno podia aprender onde, como e com quem quisesse, apresentando-se depois do exame vestibular.

As consequências da reforma Rivadávia fizeram-se sentir de imediato. Proliferaram as academias elétricas", distribuindo títulos a quem os quisesse e os pagasse. "Só não obtive títulos superiores no Brasil quem não quis" (Hélio Viana). No Rio Grande do Sul, pátria adotiva do positivismo, a liberdade era tal que /

seu Presidente, Borges de Medeiros, admitiu o exercício de profissões liberais independentemente de certificado de habilitação.

Não sendo necessária a comprovação de estudos anteriores para o vestibular, as escolas secundárias foram esvaziando-se de alunos.

Fracassou o apelo a consciência livre, Não havia preparação cultural para uso de tamanha liberdade. Aliás, o "laissez-faire" não funciona na economia como na educação.

Desde então começou a reviver a idéia de uma uniformização fiscalizada do ensino.

#### 4. Reforma Eclética de Maximiliano

A idéia de "ilustração e ornamentação" das elites e à obsessão de imitar "os países mais civilizados", Maximiliano oficializou a preocupação de adaptar o sistema de ensino às necessidades e deficiências de meio". "A lei é tanto menos imperfeita quanto mais se adapta ao meio para o qual foi promulgada", diz Maximiliano.

Além disso, a reforma de Maximiliano não se caracterizou por inovações, mas por ter aproveitamento as contribuições positivas das reformas anteriores, assim, da lei Rivadávia Correia conserva êle o exame de admissão às escolas superiores; do Código de Epitácio Pessoa, o ensino seriado, nos estabelecimentos oficiais e a redução do currículo, da reforma Benjamim Constant, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais; e da relativamente longa experiência do ensino secundário, os exames de preparatórios". (Geraldo Bastos Silva).

##### 4.1. Exame vestibular.

Maximiliano considerava o vestibular "uma conquista do progresso", que à porta das academias ainda joeira as incapacidades e fêz cair as incompetências".

Contudo, tal exame perdia o absurdo caráter de um falho exame de madureza", para assumir o papel "de constatar o preparo fundamental reconhecido pelos ginásios oficiais". No "ótimo resultado da primeira experiência, que notabilizou-se pelas reprovações em massa, Maximiliano via "o primeiro passo dado no bom caminho" do melhoramento do ensino secundário, pois "os /

candidatos apresentar-se-ão a exame cada vez melhor preparados."

#### 4.2. Ensino Seriado: Exames Parcelados

Para o Colégio Pedro II e os que a êle eram equiparados adotou-se a seriação dos estudos. As séries eram cinco, em cada série havia de 4 a 5 disciplinas. Os alunos não poderiam prestar em cada ano senão os exames de uma série.

Os alunos dos estabelecimentos particulares não estavam obrigados as séries de matérias", mas deviam prestar exames nos ginásios do governo conjuntamente com os alunos aí matriculados, em uma única época. Ensine quem quizer, levando os discípulos a exame no ginásio do governo". Eram reintroduzidos, assim, os exames de preparatórios, cujo certificado era necessário para inscrição ao vestibular.

Desta forma o ensino secundário apresentava dupla organização: o ensino oficial, seriado, e o ensino particular, livre, de preparatórios.

#### 4.3. Equiparação e Inspeção

Limitou-se a concessão de equiparação, para efeito de realização de exames de preparatórios, para estabelecimentos estaduais, e foi supressa para os colégios particulares. Tal limitação e supressão eram medidas de moralização.

A inspeção aos colégios equiparados e particulares, foi instituída com o objetivo, não tanto de fiscalização, mas de preservação da livre autonomia de todos os sistemas de educação ou instrução que tendiam para a uniformidade, estão condenados. Na diversidade está o progresso. Na extensão da lista dos programas estabelecidos para as diferentes regiões de um vasto país, é que está a vantagem".

Mau grado dois decretos de 1916, e 18. (Decreto da Gripe), a reforma de Maximiliano melhorou de muito o ensino. Mas já em 1920, o Ministro Alfredo Pinto reclamava nova reforma:

1) Em vez do processo de exames de preparatórios... cumpre adotar um sistema de exames por grupo de disciplinas... observada rigorosa seriação".

2) Aperfeiçoar e robustecer a inspeção, base essencial do êxito da ação fiscalizadora, do govêrno".

3) Instituição de uma escola normal superior, federal, para a formação do professorado secundário",

NB: Precursora das faculdades de Filosofia.

4) Reorganização da administração federal do ensino, criação do Departamento Nacional de Instrução, remodelação do Conselho Superior de Ensino.

#### 5) Reforma de Transição

No govêrno de Artur Bernardes, sendo Ministro da Justiça João Luís Alves, foi aberto um amplo debate, visando colher opiniões e sugestões para a estruturação de um sistema nacional / de educação. Fundindo tais projetos e opiniões, Rocha Vaz elaborou uma reforma que, por um lado, não queria tentar, novidades sobre as quais se tenha de manifestar, ainda a experiência, e por outro, "diante do desencontro", em pontos essenciais, de opiniões duntas", deixava muitas questões" para soluções futuras e mais / oportunas.

Não era, pois, uma reforma inovadora e definitiva, / mas confessadamente medrosa: "... me senti tomado de uma espécie de temor sagrado para ousar tocar nas pedras do edifício".

Em vista disso, recusou introduzir "a preconizada di visão em dois ciclos e a consequente bifurcação para melhor preparo das matérias mais recomendáveis a tal ou qual profissão".

#### 5.1. Objetivos do ensino secundário

"O ensino secundário deve ser encarado como um preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja, a profissão a que se dedicar o indivíduo.

#### 5.2. Ensino Seriado.

Para obter tais objetivos e suprimir definitivamente o sistema de preparação imediatista para exames de preparatórios, o ensino secundário devia ser obrigatoriamente seriado, regular / e completo.

O curso constava de 5 séries. O acesso às séries seguintes só era possível mediante aprovação nas séries anteriores. Não era facultado prestar exames finais de mais de uma série por ano.

A aprovação na 6ª série dava direito ao grau de Bacharel em Ciências e Letras. A aprovação na 5ª série era exigência para a inscrição ao vestibular.

### 5.3. Inspeção

A equiparação dos colégios estaduais estava condicionada à fiscalização de inspetores e à adoção dos programas e regimento do Pedro II.

5.4 Para implantar o sistema de seriação dos estudos nos colégios particulares, a reforma previa a concessão de juntas examinadoras desde que fôsse provada a obediência aos programas do Pedro II. Neste caso, os exames podiam ser feitos nos próprios colégios particulares, dos programas seriados.

## VI. PERÍODO DE ENSINO UNIFORMIZADO

A revolução de 1930, alcançando o poder em meio a uma expectativa geral, assumiu o compromisso de empreender também uma "revolução educacional".

### I - NOVAS CIRCUNSTÂNCIAS

#### 1.1. Transformações mundiais e nacionais

A reforma educacional de Francisco Campos estava sendo incubada há uma dezena de anos. A simples citação dos fatos dá-nos a idéia das transformações operadas na sociedade; A grande guerra de 1914 que modificou o mapa do mundo; a revolução socialista russa de 1917-18, a partir da qual o mundo se dividiu entre o oriente e o ocidente, socialista e capitalista, ateu e cristão (sic); o advento dos regimes totalitários na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, na Espanha, em Portugal, feixes de arrogância e forcos de inamistosidade; a grande depressão econômica, decorrente da superprodução, com a queda da Bolsa de Valores, 1929 - 32.

No caso do Brasil, apesar da permanência além do historicamente compreensível de privilégios de classe, observa-se /

após a libertação da escravatura, acentuada nobilidade social. Com o processo de industrialização, incipiente no país, esboça-se a divisão tríplice da sociedade brasileira: a burguesia e o operariado industrial, a tradicional classe comercial, e a imensa maioria no setor agrícola, remanecendo parasitariamente a burguesia latifundiária.

No mundo intelectual, a Semana da Arte de 1922, em São Paulo, com suas tendências modernistas e futuristas, é um grito de independência da capacidade criadora da inteligência brasileira.

No mundo político-econômico, o Pânico de outubro de 1929 acabou por desmoralizar a velha república apoiada nos poderes latifundiários da monocultura. A revolução de 30 não sofreu resistência.

### 1.2. As novas doutrinas educacionais

As recentes idéias da Escola Nova e da Escola Ativa começaram, a repercutir aqui com grande intensidade.

Um grupo de brasileiros formados nos centros educacionais da Europa, e sobretudo, nos Estados Unidos, divulgaram / aqui tais movimentos e idéias, não apenas em escritos, mas principalmente em realizações no ensino primário e normal, em âmbito estadual. Devem ser citados: em São Paulo, Sampaio Dória, Lourenço Filho (1930), Fernando Azevedo, Almeida Junior; no Distrito Federal, Carneiro Leão (1922), Anísio Teixeira (1932) no Ceará, Lourenço Filho, (1924) na Bahia, Anísio Teixeira (1924); em Pernambuco, Carneiro Leão (1928); em Santa Catarina, Luis Trindade em Minas, Francisco Campos e Mário Casassanta; no Rio Grande do Sul, Coelho de Souza.

Foi esse grupo que divulgou o "Manifesto dos Pioneiros", publicado em 1932, e que exerceu grande influência na Constituição de 1934, tão pródiga em educação. Tal manifesto pretendia: "a defesa do princípio da laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a

criação de universidades e de institutos de alta cultura para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica, constituíam alguns dos pontos capitais dêsse programa de política educacional, que visava a fortificar a obra do ensino leigo, tornar efetiva e obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando-lhes o acesso sem privilégios, ao ensino secundário e superior e alafgar, pela reorganização e pelo enriquecimento do sistema escolar, a sua esfera e os seus meios de ação". (Fernando Azevedo)

As novas doutrinas sensibilizaram a opinião pública por duplo motivo:

- 1) Pelas idéias educacionais que traziam e pelas transformações que exigiam;
- 2) Pela orientação filosófica que as animavam; escola única, estatal e laica. Este segundo aspecto levantou grande celeuma, que perdurou por muito tempo.

Já em 1925, João Luis Alves mobilizou tôdas as correntes de educação através de um levantamento geral de opiniões que só teve similar mais tarde com o projeto de Diretrizes e Bases / da Educação Nacional.

### 1.3. A Criação do Ministério da Educação

Até 1930, os negócios da instrução estavam sob a competência do Ministério da Justiça, O simples fato de se criar um organismo que se ocupe especificamente da educação, além de se lhe atribuir maior importância, representa uma garantia de maior unidade de direção. Ora, a falta de direção era um mal crônico, instalado no organismo nacional pelo liberalismo desde a reforma positivista de Constant.

### 1.4. As Constituições de 1934, 1937, 1946.

As mencionadas Constituições da segunda República, pela guarida que deram à educação foram um poderoso fator, senão - de criação uma política educacional que o Brasil ainda hoje não

tem, ao menos de uma aguda consciência dos graves problemas da educação. Quer pelos seus preceitos inovadores como na de 1934, os / quais pelo seu caráter antecipatório, não fôram postos em prática, quer por outras determinações que correspondiam às aspirações das circunstâncias, tais Constituições são acontecimentos marcantes, / não só do país, como da educação.

## 2. REFORMAS EDUCACIONAIS

Sob a influência da pregação nacionalista e das idéias pedagógicas da escola única, inaugura-se na educação um período / de uniformização nacional. Neste sentido duas reformas fôram realizadas no período de 1930 a 1961.

1. Reforma Francisco Campos
2. Reforma Gustavo Capanema

### 2.1. Reforma Francisco Campos

Homem lúcido, Francisco Campos marcou época na educação. A êle deve-se, sobretudo, a caracterização das finalidades do ensino no secundário.

#### 1. Finalidade do Ensino Secundário:

Francisco Campos abriu de novo as baterias contra a finalidade exclusivamente preparatória que era atribuída ao ensino / secundário. Ganhou definitivamente a batalha, como atesta o próprio Gustavo Capanema: "Está hoje no hábito dos estudanetes e na / consciência de todos, que o ensino secundário não é um conjunto de preparatórios... mas constitui uma fase importante da vida estudiosa...".

O ensino secundário, diz Campos na exposição de motivos, tem "função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades da apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no trino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar soluções adequadas". O seu fim, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos /

atitudes e comportamentos que o habitem a viver por si mesmo e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras".

Estas duas longas citações expressam um grande avanço / na definição dos objetivos do ensino secundário. Não só fui ultra passada, de forma definitiva, a concepção meramente preparatória, como também a própria função educativa característica do ensino se cundário, foi melhor especificada. Ultrapassou-se quer a concepção puramente disciplinar de treinamento das faculdades mentais, / quer a concepção enciclopédico-intelectualista de "transm~~iss~~ão e assimilação" (memorização) de conhecimentos", para esboçar a concepção do ensino secundário como processo de integração na vida / pelo desenvolvimento integral da personalidade, embora tal concepção não se tenha refletido na organização e no currículo do ensino secundário.

## 2. Organização e Currículo

Para obter tais objetivos, Campos organizou o ensino / secundário em dois ciclos. O ciclo fundamental, com duração de 5 anos, com frequência escolar e sequência seriada obrigatórias visava a "formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional". O currículo do curso fundamental compreendia 13 disciplinas, científicas (o latim era estudado na 4ª e 5ª séries). É / ainda um currículo enciclopédico, intelectualista. Sente-se sabor dos ideais e sonhos da Reforma de Constant.

O ciclo complementar, de dois anos, visava preparar aos cursos superiores. Por isso, foi organizado em três cursos diversificados pré-universitários: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico.

Havia exames escritos com provas padronizadas e exames orais a serem prestados somente perante bancas dos colégios do governo.

## 3. Sistema de Inspeção

Um dos grandes méritos da Reforma Campos, é ter introduzido a inspeção nos colégios. Era uma necessidade vivamente sentida. Muitas reformas anteriores fracassaram por falta de um sistema

controlador de execução das leis. Faltou, porém, um aparelhamento fiscalizador competente.

#### 4. Administração do Ensino: Tendência, centralizadora e uniformizadora:

Com a criação do Ministério da Educação, a instalação de um serviço de inspeção e a Constituição de 1934, que reconhece a competência da União para traçar as diretrizes da educação nacional e fixar o plano nacional de educação como também para estabelecer condições de reconhecimento e fiscalização começou a criar-se uma mentalidade centralizadora. Confundiu-se unidade nacional de educação com uniformidade nacional de ensino. Já no período / 1930-42, e, sobretudo depois, leis, decretos, portaria, regulamentos, promanados do Ministério da Educação. Multiplicavam-se sucessivamente impedindo, com suas minúcias, a ação educativa das escolas.

#### 2.2 Reforma Gustavo Capanema

A reforma Francisco Campos, se oferecia algumas falhas de organização facilmente corrigíveis, havia assentado o ensino secundário em bases sólidas com objetivos adequados e bem definidos. Mas mudou a mentalidade educacional em função da mudança política do Estado Novo. A Reforma Capanema procurou atender mais os aspectos psicológicos do momento - fase nacionalista e totalitária - do que a realidade sócio-econômica do país. Capanema procurou conciliar as exigências totalitárias com as formas humanistas. Tem-se a impressão que o sistema de Capanema quer "unir", "separando", pois adota um sistema politicamente centralizado, enquanto separa a educação em diversos tipos de ensino autônomos com administração ( e objetivos) independentes. É realmente um sistema de centralização política com descentralização administrativa.

##### 1. Finalidade do Ensino de Segundo Grau

Capanema tem seu nome ligado não apenas à reforma do Ensino secundário mas também aos outros ramos de ensino de segundo / grau.

Ora, Capanema não só formalizou a separação dos ramos em tipos diferentes de ensino, como também justificou tal separação / atribuindo-lhes objetivos especificamente diferentes. Se não vejamos:

"A Reforma atribui ao ensino secundário a sua finalidade / fundamental, que é a formação da personalidade adolescente. É de notar, porém, que formar a personalidade, constitui finalidade / de toda espécie de educação. E sendo esta a finalidade geral da educação, é por isso mesmo a finalidade única do ensino primário / que é o ensino para todos. Entretanto, a partir do segundo grau / do ensino, cada ramo da educação se caracteriza por uma finalidade específica, que se acrescenta àquela finalidade geral. O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um mesmo tempo das humanidades antigas e modernas, e bem / assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística". (Gustavo Capanema, Exposição de Motivos da / Lei Orgânica do Ensino Secundário).

Consequentemente, os diversos ramos do ensino de segundo / grau diferenciam-se entre "especificamente", constituem tipos ou / espécies, de natureza diferente, de ensino. Quais são, então, os objetivos das outras espécies, de ensino do segundo grau? Nas respectivas leis orgânicas diz-se que é formar profissionais, com preparação, conhecimentos e capacidades técnicas, atendendo aos / interesses do trabalhador, das empresas e da nação."

Portanto, institui-se um ensino secundário que prepara para a "não-profissão" e o ensino profissional que prepara só para a profissão.

Com referência ao ensino secundário, explicita os objetivos específicos. O ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica. É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas".

Consequentemente, o ensino secundário é o ensino de formação das elites dirigentes, e o ensino profissional é o ensino /

dos profissionais dirigidos. Se o que acima está exposto é específico do ensino secundário, bem pobres, humanamente falando, a leitura das leis orgânicas confirmam são as finalidades do ensino profissional:

## 2. Organização do ensino:

De acordo com os objetivos, tornou o currículo enciclopédico - 14 disciplinas no Ginásio, 16 no clássico. 14 no científico; humanístico - predomínio da formação literária e clássica, o latim era ensinado durante 7 anos; patriótico, introduziu a história do Brasil e a Geografia do Brasil.

De acordo com a mentalidade centralizadora e totalitária o ensino estava minuciosamente uniformizado. Nada escapava das malhas da lei, dos decretos, portarias e instruções. A educação / era feita por decreto. À escola e repetidores (nem professores nem mestres) nada cabia senão cumprir à risca as determinações / vindas do Ministério da Educação, através da Diretoria do Ensino secundário.

Um dos méritos das Leis Orgânicas de Capanema é a de ter tentado estabelecer a articulação entre os graus e ramos de ensino. Tal articulação, porém, era apenas formal, pois exigia equiparação de estudos através de exames de adaptação. Não se acreditava na equivalência real dos cursos e dos estudos para a formação da personalidade. E com razão, pois os objetivos foram colocados de tal modo que a formação da inteligência parecia privativa do ensino secundário.

.....  
.....